

A FUNÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS NA UNIDADE ESCOLAR E CONSELHO DELIBERATIVO

Sônia Aparecida Araújo Verdelho¹
Mayara Rossi²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo ressaltar a organização do trabalho dentro da unidade escolar sobre função e participação de cada segmento e estratégias possíveis para a resolução de conflitos junto ao conselho deliberativo da comunidade escolar. Conscientizar os profissionais da necessidade de uma maior interação e participação no coletivo para o bom andamento da instituição já que faltam compromisso e seriedade nas ações da escola, uma vez que muitos visam somente à renda e deixa o lado humanitário que é primordial para que a escola colha bons frutos. Nos dias atuais as funções por muitas vezes se confundem e acabam por tomar grandes proporções no âmbito inter e extraescolar, nesse sentido, este trabalho visa melhorar a qualidade do convívio e encontrar caminhos na resolução de conflitos buscando junto aos profissionais que atuam nas mesmas ações que apontam para a necessidade de rever práticas pedagógicas que envolvem conflitos, seja entre os alunos entre professores e alunos ou com os profissionais.

Palavras- chave: Organização do trabalho, Conselho Deliberativo, Conflitos.

ABSTRACT

This article aims to highlight the organization of work within the school unit on the role and participation of each segment and possible strategies for resolving conflicts with the school community's deliberative council. Make professionals aware of the need for greater interaction and participation in the collective for the institution to run smoothly since there is a lack of commitment and seriousness in the school's actions, since many aim only at income and leave the humanitarian side that is essential for the school reap good fruit. Nowadays the functions are often confused and end up taking on large proportions in the inter and out-of-school scope. In this sense, this work aims to improve the quality of living together and find ways in resolving conflicts by looking for professionals who work in the same actions that point to the need to review pedagogical practices that involve conflicts, whether between students, between teachers and students or with professionals.

Keywords: Work organization, Deliberative Council, Conflicts.

¹ Especialista em Gestão Escolar pela UFMG. Graduada em Matemática pela UFMT. Nova Brasilândia – MT, Brasil. E-mail soniaverdelho@hotmail.com.

² Especialista em Gestão Escola e Psicopedagogia Escolar pela FAVENI. Graduada em Pedagogia pela FAEL. Juína – MT, Brasil. E-mail: professoramayararossi@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Visando a complexidade do contexto escolar impulsionado por diferentes olhares, uma vez que a escola é também um espaço de construção de cidadania, sendo uma de suas funções primordiais “formar cidadãos”. Contudo, esse processo está ligado ao âmbito maior da sociedade, o exercício dessa cidadania na escola ampliado para outros setores sociais, o que implica a construção de novas relações no espaço escolar que propiciem esse exercício. Até que ponto a implantação de um Conselho Escolar traz em si a possibilidade de reconstrução das relações presentes e travadas na escola? Nasce daí o interesse por torná-lo o foco desta investigação, acreditando na possibilidade de o conselho tornar-se um instrumento de participação da comunidade na escola e no processo de descentralização de decisões, de forma a torna-la um espaço democrático. Até que ponto este processo tem sido efetivamente construído e experimentado na escola? Quais as práticas identificadas que traduzem essa experiência?

Na trajetória do curso Especialização em Gestão Escolar em 2013/2014 foi abordados e observado temas importantes que deram suporte na elaboração do presente artigo levando em conta as condições, situações e contingências que abrangem o desenvolvimento dos trabalhos neste curso e a objeto de estudo que ,no entanto, seria os conflitos e divergência vividos dentro da unidade: Escola Estadual Padre José Maria do Sacramento_ Nova Brasilândia/Mato Grosso. No decorrer de sua elaboração, procurou-se destacar os elementos correlacionados ao trabalho. Além de considerar este artigo um trabalho de auto avaliação, acreditando que ele será um instrumento confessional de possibilidades de concretizar uma utopia de cumprir mais uma etapa intelectual. Com base nas pesquisas e estudos realizados, percebe se que as principais contribuições e concepções de Gestão Educacional, que tem como objetivo o compromisso da escola com a comunidade onde a mesma está inserida, estabelecendo relações entre as teorias conhecidas no curso de Especialização em Gestão Escolar e a prática aplicada na escola, que este curso veio proporcionar uma reflexão maior sobre as indagações e dificuldades no cotidiano escolar, na busca de uma compreensão para várias questões.

No decorrer do tempo muitas transformações foram ocorridas no nível de ensino em nosso país, mas somente com a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, entende-se que o processo de formação de profissionais para a Educação Básica tem como finalidade a preparação destes para o atendimento “dos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino” e “às características de cada fase do desenvolvimento do educando”,

fundamentado na associação entre teorias e práticas (art. 61). A Gestão educacional está associada às políticas educacionais que norteiam os trabalhos, planos, metas e ações na unidade de ensino. Nos últimos anos as políticas educacionais implantadas nas escolas proporcionaram clareza das ações, pois alguns trabalhadores, ao ingressarem no mercado de trabalho, não demonstram possuir habilidades desenvolvidas suficientemente para atender à realidade educacional presente, assim os órgãos competentes aplicam dos recursos que ajudam no desenvolvimento em vários aspectos, tornando a escola mais atrativa, mas o perfil dos profissionais da educação e alunos mudaram e a participação nas ações da escola está escassa pois, atualmente a política educacional visa uma profissional autônomo que a cada momento busca mudanças até mesmo o seus próprios interesses estão acima e em algumas situações dentro da unidade e é onde afirmam não é “minha função”. Há resistência por parte de alguns profissionais da educação em acompanhar as mudanças que irão melhorar o ensino-aprendizagem num contexto geral.

Para Luck, é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo de participação e compartilhamento e auto-controle

Ao focar a educação como instrumento de formação da cidadania, através do trabalho desenvolvido na escola pública, tem a clareza de que a escola sozinha não dá conta da tarefa de formar o cidadão, uma vez que a formação da cidadania vai além de seus muros, tendo como principal objetivo, investigar como a escola pública pode contribuir para formação da cidadania democrática, identificando as possibilidades e os limites de cada um de seus membros com que envolve mudanças de atitudes para quem ensina/aprende com flexibilidade diante das descobertas, rompendo barreiras em função as necessidades do grupo escolar.

2. AS ATRIBUIÇÕES/ FUNÇÕES DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO HOJE NO ESTADO DO MATO GROSSO

A história da educação no Mato Grosso, Brasil enfim em todo o mundo ocidental se confunde com os moldes europeus, onde desde os primórdios a elite mundial tem prioridades. Com o passar do tempo vêm às grandes navegações e a expansão dos costumes e principalmente das religiões européias tomam enormes proporções no ocidente mundial, onde os europeus conquistam suas terras e precisam “doutrinar” os povos descobertos, nada mais objetivo do que educá-los dentro dos padrões pré determinados por esses descobridores, que

por sua vez instituíram as primeiras escolas no Brasil e por consequência no Mato Grosso de forma a catequizar com a doutrina católica. Essas escolas por sua vez tinham mais o papel de transformadora de costumes do que de formadoras de cidadãos conscientes. Mais tarde quando são implantadas as indústrias em nosso país a formação tecnicista toma conta da educação. Somente no final do século XX que o perfil escolar retoma o que deveria ter sido desde os seus primórdios e são criadas leis que direcionam de um modo geral tanto a educação como a função dos educadores.

Muitos anos se passaram no Brasil e no Mato Grosso para que leis que regulamentassem as atribuições dos profissionais da educação fossem sancionadas. Com base na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, foi criada a Lei Complementar 50 em 1998 que regulamentam todos os direitos e deveres dos profissionais em Mato Grosso, após essa lei, várias outras complementações vieram como a Lei Complementar 206 de 2004, entre outras, além é claro de diversas, editais e portarias sempre buscando objetivar a melhor distribuição das tarefas dentro das unidades escolares e das tecnologias e ferramentas existentes nela.

A educação de Mato Grosso é constituída hoje pelos seguintes profissionais de carreira: professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, ambos com várias atribuições e funções. Dentre esses profissionais o estado conta com cargos de dedicação exclusiva, que são: diretor de unidade escolar, coordenador pedagógico, assessor pedagógico e secretário escolar, cargos esses impreterivelmente exercidos pelos profissionais de carreira que têm na legislação vigente atribuições e funções bem definidas na legislação já citada anteriormente.

3. UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE MUDANÇAS NA GESTÃO ESCOLAR

Observando a escola analisa-se que o contexto educacional brasileiro e o processo de redemocratização gestado na década passadas trazem alguns rebatimentos no entendimento das questões relacionadas à democratização das ações no espaço da escola. A Constituição de 1988 aponta o processo de municipalização do ensino como necessidade básica para a instauração de uma política administrativa fundada na autonomia e na descentralização. Na política educacional, percebe-se o reflexo dessa tendência de ação ligada à democratização das relações na escola com a criação dos Conselhos Escolares, possibilitou-se a abertura de um canal de comunicação entre escola e comunidade, uma vez que no seu interior estão representados diferentes segmentos, e também transformou a mesma em um instrumento de construção de espaço político e cidadania. Os Conselhos Escolares surgem no reordenamento

democrático da sociedade e, ligados ao processo mais amplo de fortalecimento da Sociedade Civil, têm, portanto, um papel a cumprir. De acordo com vários estudiosos da temática, os Conselhos Escolares seria a solução para a democratização das relações da gestão escolar (DEMO; GADOTTI; LIMA; MELLO, 1993, 1994, 1995, 1987).

A observação do cotidiano escolar foi fundamental para o desvendamento das relações construídas na escola e sua ligação com a vivência do significado do Conselho Escolar para os Conselheiros. Observando o funcionamento da escola, com o objetivo de analisar os trabalhos dos segmentos pedagógicos, funcionários, alunos conselheiros e Direção da Escola sobre o desenvolvimento da pesquisa. Revelaram-se aspectos sutis sobre o entendimento dos sujeitos de seu papel e sobre a compreensão do Conselho Escolar: função e atribuições na escola. Além de permitir a cada sujeito expressar suas opiniões e sentimentos sobre o processo. As dificuldades apresentadas no decorrer deste trabalho, como a falta de contribuição de alguns participantes junto a escola com o Conselho Escolar e a própria Direção, atreladas às condições de vida e de trabalho, serviram como motivação e refortalecimento do sonho de acreditar que a construção dessas novas relações no espaço escolar depende também da contribuição de cada um na reconstrução de uma escola democrática, pública e de qualidade. Além de revelarem que “a gestão democrática deve estar impregnada por certa atmosfera que muitas vezes não é suficiente para envolver a todos quando se fala em parceria não apenas uma jornada de trabalho maçante e cansativa”.

Dentre as conceituações que subjazem às proposições para elaboração do PPP, está à gestão democrática dos sistemas de ensino, entendida como “uma das dimensões fundamentais que possibilitam o acesso à educação de qualidade”, à formação para a cidadania e como “princípio da educação nacional” da elaboração de “planos de desenvolvimento educacional” e de “projetos político pedagógicos participativos” (BRASIL, 2011, p.59-60).

O princípio da gestão democrática não deve ser entendido apenas como prática participativa e descentralização do poder, mas, como uma estratégia de superação do autoritarismo, do patrimonialismo, do individualismo e das desigualdades sociais. Desigualdades educacionais produzem desigualdades sociais. Desde ano passado está visível à falta de interesse dos profissionais da educação nas ações da Escola Estadual Padre José Maria do Sacramento e a participação em eventos são muito pouco, onde uma minoria acaba por assumir a responsabilidade e realiza as ações para que a mesma não caia em uma monotonia. Até mesmo para se compor o CDCE e participação no Projeto Sala do Educador

são uma dificuldade, cada um está preocupado consigo mesmo, realizar sua função e pronto, sem compromisso com a instituição.

O processo de conscientização para os pares de cada segmento deve ser feito visando a melhoria de conflitos com propostas e com mudanças de algumas diretrizes, objetivos e metas na Sala de Educador onde está participa a minoria do grupo dos profissionais da educação da Escola Estadual Padre José Maria do Sacramento onde dos 22 professores está participando 09 e do apoio 05 profissionais dos 13 que trabalham na unidade escolar, e com esse grupo estamos estudando espera se que esta nova organização permita melhor participação social nas discussões, e que os indicadores monitorados possam tornar possíveis avaliações quantitativas e qualitativas, contribuindo para as melhores escolhas no campo das políticas educacionais oportunizando a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e assim poder almejar o sucesso do trabalho escolar aumentar na prática a participação efetiva dos profissionais da educação, pais alunos e comunidade escolar para garantir a qualidade do ensino aprendizagem. Considerando que a diversidade pode ser uma das principais fontes de conflito nas escolas, situação que se agrava cada vez mais devido à falta de conhecimento e compreensão de alternativas para enfrentar os conflitos e mesmo com a participação de uma minoria busca-se compreender a manifestação negativa de convivência na escola e possíveis soluções.

4. RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Segundo Oliveira (200, p. 331) “(...)” no campo educacional, há que se destacar, ainda, o importante papel desempenhado pelos organismos multilaterais na formação de políticas educacionais no período. Como a escola é um espaço social de grande número de pessoas, é normal que aconteçam os conflitos, mas o que não é aceitável que esses conflitos perdurem e atrapalhem o bom andamento da escola? O que não pode ser comum é o desprezo em relação aos incômodos, pois esses devem ser trabalhados a fim de tornar os sujeitos mais tolerantes com o seu próximo e assim melhorar o convívio e possibilitar a qualidade do ensino aprendizagem com respeito mútuo. As questões ligadas às situações de conflitos entre alunos e entre os profissionais da educação que atuam na escola são discussões que precisam ser incorporadas às questões pedagógicas como aprendizagem a ser construída nas relações interpessoais, essas relações interpessoais precisam ser vistas como uma nova aprendizagem a ser incluída nas práticas educativas de forma a contribuir para a construção de um novo paradigma de formação. Formação inicial e contínua entre os segmentos da escola e principalmente formação enquanto prática educativa É na escola que o aluno começa suas

primeiras relações sócias, além da família, e se os profissionais que estão ali estão passando sinais negativos de socialização, como podemos falar e não viver, não ser exemplo?

A boa convivência na escola é fundamental para o exercício da cidadania, a mesma tem a obrigação de criar estratégias que ajudem a melhorar a convivência entre todos os profissionais que ali atuam, deve organizar ações que ajudem a diminuir os problemas aumentar a participação de todos, contribuindo dessa forma com melhores condições de trabalho e melhoria do aprendizado.

Por isso, no trabalho do cotidiano escolar, é necessária uma articulação entre o contexto mais amplo dos conflitos interpessoais com as representações indenitárias, além de nos apropriarmos de habilidades e competências de cada personagem do contexto escolar para entender as relações interpessoais, analisando fatores que distanciam ou aproximam as pessoas e pensando em formas de aproximá-las, será igualmente necessário desenvolver um trabalho que promova uma articulação importante com conteúdo sócio históricos políticos e culturais, promovendo a mudanças e atitudes permitindo a construção e reconstrução de novos conceitos e paradigmas . Isso porque a escola brasileira contemporânea está situada no contexto de uma problemática social marcada por uma intensa discussão acerca da redefinição de finalidades e de objetivos da educação pública. Para Vasconcellos (2004) diz que:

A teoria em si (...) não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesmo, e em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere num trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação. (VASCONCELLOS, 2004, p.100).

Essa discussão passa por questões que se referem aos espaços das identidades individuais de alunos, professores, responsáveis, bem como aos processos de construção da própria identidade institucional da escola, com constante reorganização de funções e atribuições dos sujeitos aí envolvidos, assim, situar a questão das relações interpessoais entre todos os profissionais da educação, alunos, pais e demais membro da comunidade escolar e os laços de afetividade podem contribuir de forma positiva na construção de união que entender a complexidade do ambiente multicultural de aprendizagem.

A escola tem a responsabilidade de formar cidadãos conscientes, críticos e ativos na sociedade. A atual legislação brasileira para educação orienta as escolas nesse sentido. A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2002) valorizam a aprendizagem, a capacidade de construção

do saber e a conscientização crítica do educando, respeitando e anemizando os conflitos interpessoais.

Entende-se que todo trabalho que envolve um determinado grupo, exige a participação e compreensão por parte de cada membro, e o envolvimento é o ponto forte para que os resultados de todas as ações propostas tenham bons resultados, os fatores utilizados para estimular a construírem o ensino aprendizagem devem partir das experiências vivenciadas e do meio escolar, pois a interação ajuda a superar os desafios que emergem entrelaçando laços de afetividade que favorece um ambiente agradável e prazeroso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar as atribuições/função dos profissionais da educação por meio da LC 50/98 e suas atuais complementações – torna-se possível apreender as relações estabelecidas no ambiente escolar e as funções exercidas, assim como as suas especificidades. No cotidiano escolar, o regime de urgência faz com que muito daquilo que está estabelecido pelos documentos oficiais em relação ao desempenho de funções não seja posto em prática. A cada momento surgem novas situações que precisam ser imediatamente resolvidas e, de forma eficaz, não importando se há, ou não, a ausência de algum profissional escolar. Dessa forma, para manter a escola em pleno funcionamento, diferentes profissionais desempenham tarefas não propriamente de seu rol específico de atribuições. A expressão “cada um faz um pouquinho”, é a típica tradução de como é extremamente necessário, na prática escolar, ser maleável. Do contrário, a escola não consegue pôr fim a seus objetivos, pretendo ampliar os conhecimentos e colocá-los em prática com estratégias para uma gestão mais participativa que busque por meio da cooperação mútua superar os desafios diários do ambiente escolar e assim promover o sucesso do processo de ensino aprendizagem. A escola é feita de momentos, sendo que a forma que ela assume em cada situação é sempre o resultado provisório do movimento permanente de transformação, pressupondo tensões, conflitos, esperanças e busca por propostas alternativas. Após encontro da Sala de Educador na qual se discutiu os conflitos obteve-se informações, dados onde os resultados apontaram para a necessidade de rever práticas pedagógicas e um maior esforço por parte dos profissionais que atuam na Escola Estadual Padre José Maria do Sacramento / Nova Brasilândia - MT.

Existem ainda as barreiras a serem derrubadas no que tange ao tema porém as dificuldades que a proposta vem enfrentando estão caracterizadas pela resistência às mudanças, o que retarda arealização de várias ações por falta de estudar e ter mais conhecimento sobre as legialações que regem o ensino público, sendo essa ainda uma das

principais barreiras a ser transponível e várias dessas dificuldades são fruto da formação escolar nos moldes da escola tradicional, a qual apresenta uma consciência precária, onde os integrantes foram habituados a receber tudo pronto e executar mecanicamente o que foi planejado e compreendido por alguém e esta pronto e acabado as interpretações e execução das diretrizes.

Por isso, a gestão democrática está alinhada ao processo de Inclusão exige a conscientização dos envolvidos para que os mesmos possam analisar o papel social da tarefa que executam, definir suas finalidades e as prioridades a serem atingidas, assim como agentes da educação. O desejo maior deste estudo é proporcionar uma reflexão que possa acender a chama que aquece o coração do professor, gestão, alunos, profissionais da educação que sempre tão disponível ao aprendizado. Com certeza, isto fará com que o mesmo se dedique a aprender como também melhorar o relacionamento com os alunos e comunidade escolar. Conclui-se com esse artigo que a gestão escolar para se torna transformadora não pode ignorar a realidade em que se encontra a organização da escolas, seu contexto, realidade e expectativas futuras, então uma personagem central e de responsabilidade última pela escola, não pode ser ignorada e deve ser atraída para os compromissos de transformação social em busca que engloba todos os segmentos da unidade escolar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, João Baptista. **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP & A: SEPE, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CONED. **Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira**. Belo Horizonte: II CONED, 1997.

DEMO, P. *Sociologia - uma introdução crítica*. São Paulo: Atlas, 1989.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educação e Sociedade**. Campinas, v.28, n.100, p.921-946, 2007.
Lei de Diretrizes e Base da Educação Lei 9394/96.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

Mato Grosso (Estado). Lei complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998. Dispõe sobre a Carreira dos profissionais da educação básica de Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, MT, 21 de outubro de 1998.

Mato Grosso (Estado). Lei complementarnº 206, de 29 de dezembro de 2004. Dispõe sobre as alterações na Lei complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, MT, 29 de dezembro de 2004.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad: 2004.